

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM CINCO CAMPI DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

Pedro Luís Bütttenbender

Doutorado em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Bolsista Pesquisador Produtividade – PQ/CNPq. Pesquisador Gaúcho – PqG/FAPERGS. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil.

E-mail: pedrolb@unijui.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7011-8552>

Nelson José Thesing

Doutorado em Integração Regional pela Universidade Federal de Pelotas. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil.

E-mail: nelson.thesing@unijui.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8563-1746>

Gabriela Perusatto Llano

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil.

E-mail: gabrielaperusatto@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2466-1543>

Melissa Welter Vargas

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil.

E-mail: melissaweltervargas@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0169-3246>

Magalia Gloger dos Santos Almeida

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil.

E-mail: magalia.almeida@sou.unijui.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9314-4016>

Recebido em 20/12/2022. Aprovado em 01/06/2023.

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/guaju.v10i0.89175>

Resumo

O artigo analisa a implementação, a efetividade e o desempenho da Política de Assistência Estudantil ao identificar as percepções dos gestores e estudantes sobre o processo de permanência dos estudantes no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha – IF Farroupilha, tomando por referência cinco *campi* localizados na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. Na metodologia a pesquisa caracteriza-se como pesquisa aplicada, qualitativa, descritiva, com a análise de conteúdo, para compreender os resultados coletados com os gestores e alunos, sobre a Política de Assistência Estudantil, divididos em três categorias (implementação, efetividade e papel desempenhado). Registra-se que os achados da pesquisa apontam que as ações de Assistência Estudantil estão sendo implementadas com efetividade e desempenham um papel muito importante em todos os *campi* ao auxiliar de forma consistente na permanência dos estudantes em seus cursos. Apresenta dificuldades no campo burocrático para acessar os benefícios, mas essa prática está em um processo de superação ao contar com as novas Resoluções. Assim, pelos resultados da pesquisa, as ações e os benefícios da Política de Assistência Estudantil passam a ser uma verdadeira conquista social, de responsabilidade do Estado, ao fortalecer a interiorização da educação, ao proporcionar a inclusão e a permanência dos estudantes na vida estudantil, ampliando as possibilidades de conquistarem uma vida melhor em uma sociedade que necessita buscar a justiça social.

Palavras-chaves: Políticas Públicas. Institutos Federais. Assistência. Inclusão

Student assistance policy on five campuses of the Federal Institute of Education, Science and Technology Farroupilha

Abstract

The article analyzes the implementation, effectiveness and performance of the Student Assistance Policy, by identifying the perceptions of managers and students about the process of permanence of students at the Federal Institute of Education, Science and Technology Farroupilha - IF Farroupilha, taking as reference five campuses located in the Northwest Region of Rio Grande do Sul. In methodology, the research is characterized on applied, qualitative, descriptive research, with content analysis, to understand the results collected from administrators and students, on the Student Assistance Policy, divided into three categories (implementation, effectiveness and role played). It should be noted that the research findings indicate that Student Assistance actions are being implemented effectively and play a very important role on all campuses, by consistently helping students stay on their courses. It presents difficulties in the bureaucratic field, accessing the benefits, but this practice is in the process of being overcome, with the new Resolutions. Thus, according to the results of the research, the actions and benefits of the Student Assistance Policy, become a true social achievement, the

responsibility of the State, by strengthening the internalization of education, by providing inclusion and permanence of students in student life. , expanding the possibilities of achieving a better life, in a society that needs to seek social justice.

Keywords: Public Policies. Federal Institutes. Assistance. Inclusion

Introdução

Parte-se do pressuposto que as conquistas de processos do desenvolvimento necessitam contar com a criação e a implementação de políticas públicas como mecanismos de acesso aos direitos das pessoas. Um movimento que demanda investimento de volume significativo de recursos financeiros para a sua efetivação. Assim, tendo presente as mudanças contextuais introduzidas, tanto por incrementos financeiros quanto legais no âmbito da educação superior pública brasileira nas últimas décadas, foram necessárias também algumas alterações no direcionamento e no dimensionamento de políticas de suporte, especialmente no campo da Assistência Estudantil (AE)

Inicialmente normatizada pelo Decreto nº 6.096/2007 e pela Portaria nº 39, de 12 de dezembro de 2007, que instituíram o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (BRASIL, 2007a, 2007b), a assistência estudantil para estudantes de nível superior, posteriormente, passou a ser regulamentada pelo Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010. No decreto, a política consta estruturada em dez eixos principais, e tem o objetivo de impulsionar o desempenho acadêmico, contribuir na redução dos índices de evasão e de retenção e, principalmente, democratizar a permanência dos estudantes beneficiários no ensino superior. Ou seja, esse decreto, resumidamente, visa garantir que o aluno ingressante venha de fato a concluir o ensino superior, preferencialmente, no tempo mínimo, a fim de cumprir seu compromisso social e otimizar os investimentos públicos no setor (BRASIL, 2010).

Assim, apesar do decreto instituir – minimamente – objetivos, áreas e alguns critérios comuns, a forma de implementação, de acompanhamento e de avaliação da política ficam a critério de cada instituição de ensino. Nesse sentido, consideradas as especificidades do público-alvo e das condições de materialização da AE pela instituição, esta pesquisa objetivou verificar as percepções sociais acerca dos efeitos da política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), utilizando arcabouço teórico para a melhor compreensão e reflexão acerca dos resultados obtidos a partir dos dados coletados. Foi realizada uma pesquisa com entrevistas semiestruturada com gestores e estudantes, no intuito de identificar em suas falas como se dá a implementação, qual a efetividade e o papel desempenhado pela Política de Assistência Estudantil nos cinco *campi* do IFFar (IFFAR, 2021), Santo Augusto, Panambi, Santa Rosa, Santo Ângelo e Frederico Westphalen, localizados na Região Noroeste do Rio Grande do Sul.

Os Institutos Federais (IFs), conforme a Lei nº 11.892/2008, que versa sobre a sua criação, são instituições que possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Os IFs dispõem de vagas de educação superior, básica e profissional, de característica pluricurricular e *multicampi* (BRASIL, 2008).

As Concepções e Diretrizes do IFFar reservam aos gestores do processo educativo o papel de lidar com o complexo institucional, tendo como centralidade a produção do conhecimento científico-tecnológico, em um diálogo permanente com os atores locais para compreender e trabalhar as diferentes concepções ideológicas e assegurar aos sujeitos as condições de interpretar a sociedade e exercer sua cidadania na perspectiva de um país fundado na justiça, na equidade e na solidariedade (BRASIL, 2008).

Dessa forma, entende-se que o Instituto Federal Farroupilha, com base no papel social expresso nas referidas diretrizes, necessita atuar no fomento ao exercício da cidadania, promovendo espaços de diálogo entre os diversos atores que integram o desenvolvimento local, para auxiliar na busca de soluções, especialmente para uma camada da população excluída do acesso à educação, ao trabalho e à renda. Nessa caminhada, o IFFar, poderá se transformar em um ambiente potencializador de inclusão pela educação, o que possibilitará aos estudantes e à comunidade local, adquirir e desenvolver conhecimentos que possam auxiliar na transformação social, especialmente, ao contar com o trabalho de seus egressos, seja com empreendedores, trabalhadores, para contribuir na construção de uma sociedade menos injusta.

Portanto, tendo presente o papel dos Institutos Federais no desenvolvimento local e na efetivação da cidadania, a presente pesquisa apresenta as percepções dos gestores e estudantes em relação à Política de Assistência Estudantil no IFFar, verificando as condições de implementação, a efetividade e o papel desempenhado pela Política de Assistência nos cinco *campi* na Região Noroeste do Rio Grande do Sul (Santo Augusto, Panambi, Santa Rosa, Santo Ângelo e Frederico Westphalen). Para além desta Introdução, conta com as Fundamentações Teóricas, Procedimentos Metodológicos, Análise e Discussão dos Resultados e as Considerações Finais

Fundamentações teóricas

As políticas públicas partem de um complexo campo das ciências políticas, têm sido objeto permanente de pesquisas, em virtude das dinâmicas em todos os níveis na sociedade, no processo de constituição do conhecimento e das práticas políticas. No entanto, seus primeiros registros datam dos anos 1950, por Harold Lasswell (1951) nos Estados Unidos. Já na década de 1990, pelas lentes do federalismo, das teorias democráticas e do neoinstitucionalismo, surgem na literatura nacional as primeiras revisões teóricas.

Não há definição de políticas públicas precisa e universal [...]. Há uma visão comum de que as políticas públicas envolvem o processo de fazer escolhas e os resultados das escolhas; de que o que faz as políticas públicas realmente “públicas” é que essas escolhas se baseiam nos poderes coercitivos do Estado, e que, em sua essência, política pública é uma resposta a um problema percebido (SMITH; LARIMER, 2009, p.4).

No entanto, as pesquisas sobre as políticas públicas encontram-se em pleno movimento, gerando os mais variados debates sobre o conceito na literatura, mas, em boa parte, são revisitados na definição clássica de Dye (1975). Essa leitura encontra destaque no papel central do governo, na produção das políticas públicas. Significa que o que determina a política pública é a personalidade jurídica do ator protagonista.

Para Farah (2011, p. 32), “o reconhecimento do polo da política, no caso brasileiro, foi estimulado pelos desafios pós-democratização e pelas questões derivadas das transformações do Estado e do público no país”. Dessa forma, é possível aceitar que as pesquisas sobre políticas públicas ingressam em uma nova realidade, passando a produzir novas leituras, tanto no âmbito local como federal, especialmente pela descentralização pós-1988.

Nos anos 1990, a sociedade brasileira e o Estado passam por um processo de reformas, um conjunto de transformações que influenciam as pesquisas, em que os estudos buscam compreender a capacidade de governo e as práticas de gestão dos governos nos três níveis. Já nos anos 2000, passam a ser objetos de estudo as diversas políticas públicas, especialmente as políticas sociais, contemplando a temática da participação da sociedade (TUMELERO, 2018).

Dessa forma, para Souza (2001, p. 45), o “Estado é um conjunto de instituições criadas, recriadas e moldadas para administrar conflitos e tensões dentro de um determinado território”. Já Silva (2001, p. 38) entende que a política pública “é um mecanismo de mudança social, orientada para promover o bem-estar de segmentos sociais, principalmente os mais destituídos, devendo ser um mecanismo de distribuição de renda e de equidade social”.

Para Bastos (2017), esse processo indica que o desenvolvimento de uma nação deve ter como prioridade as políticas públicas para educação. Esse olhar se fazia já presente em Höfling (2001), ao defender que as políticas públicas, especialmente voltadas para educação, necessitam incorporar a camada da população mais vulnerável. Portanto, neste direcionamento, o estudo de Bastos (2017, p. 3) destaca:

É sabido que a educação é uma área que requer atenção especial do Estado, com políticas que favoreçam o fortalecimento das competências intelectuais, éticas e afetivas do cidadão. Os objetivos traçados nas ações dessas políticas só se efetivarão a partir do momento em que se permita uma análise para possíveis reorientações. São essas análises que, uma vez realizadas, indicarão as supostas lacunas das ineficiências, possibilitando, assim, novas estratégias para as suas superações.

É importante inferir nas leituras sobre a nova configuração da proteção social brasileira, a desigualdade social, da qual resultam disputas em relação às políticas públicas, especialmente, no período de 1990, quando a sociedade percebe uma nova agenda de caráter reformista para a área social. Para Draibe (2000), o ajuste econômico, influenciado pelas políticas das reformas macroeconômicas de estabilização, provocam impactos, reduzindo as verbas públicas para as políticas assistenciais. Diante disso, tornam-se ainda mais importantes os investimentos na Política de Assistência Estudantil, pelas necessidades dos estudantes provenientes da classe popular, ainda mais agudizadas pós-reforma. Esse processo necessita contar com uma consciência política para entender e lutar pela Assistência Estudantil como direito social, assegurado por lei (ALVES, 2002). Dessa forma, a Assistência Estudantil necessita ser vista como direito social, rompendo com a “ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado” (SPOSATI, 2002, p. 23).

Em Demo (2000), encontra-se a importância do papel da Assistência Social, que exige uma compreensão mais profunda, por entender que, de forma isolada, a Assistência Estudantil, enquanto política pública, não é capaz de resolver todos os problemas em função do grau de complexidade em que vive boa parte da população, sendo necessária

a presença de outras políticas sociais para encontrar o caminho da emancipação social, política e econômica dos cidadãos. Para Costa (2010), no campo das políticas públicas, a centralidade da Assistência Estudantil necessita atender a vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes. A Assistência Estudantil é extremamente relevante para os alunos como proteção do direito à educação, sendo assim imprescindível a formulação de ações que considerem a especificidade dos estudantes de baixo poder aquisitivo, bem como os que não residem na mesma cidade onde a instituição está localizada (ARAÚJO, 2019).

Para Kowalski (2012), as pesquisas que buscam compreender a institucionalização da Assistência Estudantil no Brasil necessitam contemplar a realidade sociopolítica e econômica do país. Seus aportes teóricos trilham o movimento histórico, caracterizados em três fases distintas: sendo a primeira a que contempla a criação da primeira universidade até o período de “redemocratização” política do país; a segunda, que versa sobre a conquista do seu espaço em meio aos debates sobre os projetos de leis que resultaram em uma nova configuração da política de Assistência Estudantil nas universidades brasileiras; e a terceira se corporifica em um período de expansão e reestruturação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Nesse contexto de ampliação das oportunidades de acesso ao Ensino Superior, destaca-se a implantação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), em 2008, pela Lei 11.892, que propiciou a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Esse processo recebeu aderência em estudos desenvolvidos por Moura (2007), ao defender novos espaços públicos, que passam a priorizar o acesso à educação, especialmente, de estudantes provenientes das classes populares. Para Taufick (2013), os espaços públicos nos campos da educação, necessitam atender aos alunos da educação básica, ao nível superior, desafiando as instituições a implementarem a Política de Assistência Estudantil. As ações de assistência aos estudantes em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica possibilitam não somente o acesso, mas também a permanência desses no contexto acadêmico, garantindo efetivamente o direito social à educação.

Atenta-se, desta forma, para os objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que, a partir de 2010, busca impulsionar o desempenho dos estudantes e contribuir na redução dos índices de evasão e de retenção dos alunos. Para além disso, entende-se que esse processo possa contribuir na democratização, pela presença dos estudantes em seus ambientes estudantis e implementar ações que venham a “[...] minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior” (BRASIL, 2010, Art. 2º, Inciso II).

Consideradas as possíveis limitações na sua implantação, há que se reconhecer os impactos positivos do PNAES, tanto na adoção de novas práticas quanto no fortalecimento das ações já existentes com vistas à permanência dos estudantes nas IFES (SILVA; CARVALHO, 2020).

Como destaca Vieira e Castro (2019, p. 99) “[...] o PNAES ainda se constitui como o Programa que tem garantido a permanência de muitos estudantes que há alguns anos eram alijados do ensino superior”. A partir dessa configuração e da política de apoio ao aluno, deve-se destacar que a adoção do PNAES é, sem dúvida, um fator que induz outras formas de visitação e cria condições para certos tipos de permanência, histórica e socialmente excluídos em instituições públicas. Em um contexto social e educacional caracterizado por crescentes assimetrias e desigualdades na formação social, econômica, cultural e acadêmica, esse grupo tem sido privado do direito ao ensino superior (SILVA; CARVALHO, 2020).

Portanto, ao verificar a necessidade da implantação das ações do PNAES nos Institutos Federais, estes são desafiados a constituírem a Assistência Estudantil e, a partir da sua autonomia, propor:

[...] a aprovação pelos Conselhos Superiores de uma regulamentação específica para a assistência estudantil, envolvendo os setores da assistência social, coordenação pedagógica, psicologia, com critérios claros de acesso dos estudantes de origem popular, especialmente os vinculados ao PROEJA Médio e FIC, aos trabalhadores da rede CERTIFIC, aos estudantes atendidos pelos NAPNES, às mulheres vinculadas ao Programa Mulheres Mil, ao atendimento da mobilidade estudantil nacional e internacional (BRASIL/MEC/SETEC, 2015, p. 3).

Logo, ao descortinar a Política de Assistência Estudantil nos Institutos Federais, constata-se que estes possuem autonomia, a partir da qual cada *campus* possui em sua estrutura organizacional uma Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), uma equipe multidisciplinar de profissionais que respondem pelo acesso, permanência, êxito e participação dos estudantes na Instituição. Os Institutos contam ainda com um Grupo de Trabalho da Assistência Estudantil, Pró-Reitorias e seus respectivos Comitês Assessores, aprovados pelo Conselho Superior.

Considerando a educação e a assistência estudantil enquanto direitos sociais materializados por meio de políticas públicas, destaca-se a pertinência de verificar as condições de implementação e a avaliação delas para compreender de que forma a comunidade está participando e/ ou acessando suas ações e benefícios. Allebrandt (2012) destaca que não é suficiente implementar as políticas públicas, faz-se necessário oportunizar

a presença dos cidadãos, no planejamento e desenvolvimento da comunidade local, por meio de processo de Gestão Social. Trennepohl (2011) registra a importância das políticas públicas, enquanto processo que deve contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.

Nessa perspectiva, assevera Tenório (2002) que a gestão social passa a ser um mecanismo, para fortalecer a gestão pública, na medida em que promove a participação dos cidadãos no processo de elaboração/implementação/avaliação das políticas públicas.

Na relação Sociedade-Estado e gestão social se efetiva quando os governos institucionalizam modos de elaboração de políticas públicas que não se refiram ao cidadão como “alvo” ou “meta”, “cliente” de suas ações ou, quando muito, avaliadores de resultados, mas sim como participantes ativos no processo de elaboração dessas políticas. Processo que deve ocorrer desde a identificação do problema durante o planejamento de sua solução, acompanhamento da execução até a avaliação do impacto social efetivamente alcançado (TENÓRIO, 2002, p. 135).

Igualmente, Allebrandt (2012) e Tenório (2002) entendem que, para avançar em questões complexas, como é o caso da organização social, há que se priorizar procedimentos que deem conta de uma realidade concreta que contemple as aspirações da sociedade civil para se constituir em igualdade de condições, como protagonistas de um movimento de articulação que permita a manifestação e a vocalização de pretensões tanto no processo de planejamento quanto na execução e na avaliação das políticas públicas. Um processo que apresenta como eixo gravitacional a gestão social, fundamentada em conceito de cidadania deliberativa, em que os caminhos são apontados em espaços de discussão sob a luz dos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum.

Por fim, dada a centralidade da educação nos processos de desenvolvimento da sociedade, entende-se que ações realizadas para a materialização da Assistência Estudantil, orientadas com base no PNAES e que têm impactos diretos nos processos educacionais, passam a ser um objeto instigante e pertinente a pesquisar. No caso deste trabalho, analisa a implementação da EA enquanto política pública que poderá contribuir no acesso, permanência e êxito dos estudantes, executada em um espaço educacional público (quais sejam os cinco *campi* do IFFar localizados na mesorregião noroeste rio-grandense), a partir da ótica dos atores envolvidos neste processo, oportuniza um ambiente, uma realidade vivenciada pelos sujeitos da pesquisa para compreender o papel e a efetividade das ações, contribuindo, assim, nos movimentos de avaliação e planejamento de proposições futuras.

Procedimentos metodológicos

Por se tratar de pesquisa embasada no paradigma interpretativista, o qual, no entender de Saccol (2009), lança desafios para os pesquisadores, tais como ir a campo com um conjunto predefinido de construtos ou instrumentos para verificar a realidade e para captar aquilo que é, de fato, mais significativo, os caminhos metodológicos contaram a pesquisa na perspectiva aplicada, orientada pelos ensinamentos de Zamberlan *et al.* (2014), tendo como objetivo gerar conhecimentos acerca das condições de implementação da Política de Assistência Estudantil do IFFar.

A pesquisa realizada teve cunho descritivo, por meio de investigação documental, para identificar as características do fenômeno (GIL, 2012), que somam na construção do objeto de estudo. De abordagem qualitativa, a qual, para Godoy (1995), permite a realização de estudos de uma realidade empírica, em que os fatos sociais precisam ser analisados e observados no contexto ao qual pertencem.

Para a coleta dos dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, a fim de “[...] ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 178). Após a coleta, os dados foram analisados e interpretados com base na Análise de Conteúdo que, para Bardin (2016), é um método que propõe a classificação de dados significativos da pesquisa, permitindo trabalhar com um conjunto de técnicas de análise e sistematização dos resultados. Essa técnica permite a redução do grande volume de informações, ao comprimi-las em uma comunicação mais estruturada, pelas características particulares ou categorias conceituais.

Registra-se ainda, que a presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Unijuí, de acordo com a Resolução CNS 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, em função dos procedimentos metodológicos que contemplam dados coletados diretamente dos participantes, que ficarão sob a responsabilidade dos pesquisadores, por um período de cinco anos e após serão deletados e/ou incinerados.

Análise e discussão dos resultados

A pesquisa conta com os resultados coletados, seja no campo teórico-metodológico, seja pelas entrevistas semiestruturadas, realizadas com os cinco gestores e 30 alunos. Esse processo apresenta três níveis de categorias (implementação, efetividade e papel

desempenhado) para entender os cinco *campi* do IFFar (Santo Augusto, Panambi, Santa Rosa, Santo Ângelo e Frederico Westphalen), na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. Para atender às orientações éticas e de sigilo, as respostas dos gestores foram nomeadas como G1, G2, G3, G4 e G5. Já as respostas dos questionários semiestruturados, aplicados aos estudantes, foram identificadas/transcritas em A, B, C, D,...Y, Z, a, b, c, d. Assim a primeira categoria de análise identifica a implementação da Política de Assistência Estudantil, a partir das informações coletadas, que registram às faixas etárias dos estudantes beneficiários que participaram da pesquisa, mais da metade (56,7%) têm idade entre 18 e 25 anos; 20% dos alunos têm idades entre 30 e 40 anos; 13,3% têm entre 14 e 17 anos; 10% têm entre 25 e 30 anos. Não se obteve resposta de aluno com mais de 40 anos. A maioria dos respondentes, declarou-se do sexo feminino (70%) e 30% do sexo masculino.

A pesquisa registrou que a maioria dos estudantes são provenientes de comunidades e famílias que se encontram em vulnerabilidade social, de comunidades indígenas, de assentados e uma grande parcela da população que vive no meio rural. A maioria dos estudantes que participaram da pesquisa (53,3%) tem renda entre 1 e 1,5 salários- mínimos mensais; 20% têm renda até meio salário- mínimo; 13,3% têm renda de até a 1 e meio salários- mínimos; 6,7% têm renda menor que meio salário- mínimo; e os outros 6,7% sem renda fixa. Com isso, verifica-se que a existência de uma Instituição de Ensino no interior do Rio Grande do Sul possibilita às pessoas, que antes estavam alijadas do acesso ao ensino superior público, novas oportunidades de educação e formação, o que, provavelmente, impactará na sua inserção no mundo do trabalho.

Portanto, ao trilhar o caminho da educação, surge a oportunidade de conquistar uma vida melhor. Esse processo é corroborado pelos dados apresentados na pesquisa realizada por Araújo (2019), a qual aponta que 97% dos acadêmicos dos cursos de Administração e Agronomia registraram que os conhecimentos adquiridos no mundo acadêmico contribuíram para desenvolver competências desejáveis para ingressarem no mercado de trabalho.

Em um segundo momento, a pesquisa apresenta a categoria de análise, a busca da efetividade, ao ofertar uma educação pública gratuita, no interior do Estado, que contribui para a permanência dos estudantes no Instituto. Na percepção dos gestores, “a política de assistência estudantil é importante, pois são ações que fazem com que os estudantes permaneçam na instituição, essa política vem ao encontro do programa permanência e êxito da instituição”. Para além, segundo os gestores, os egressos permanecerem na região,

exercendo suas atividades. O gestor G2 registra as ações de AE como “muito importantes, tendo em vista que ela atinge os mais variados cursos, e devido às políticas e ações afirmativas, através das cotas, podemos dizer que 70% dos nossos alunos não têm uma renda tão elevada”.

Então, acredita-se que, na medida que a Política de Assistência Estudantil contribui para a permanência dos estudantes na Instituição, essa política se efetiva e desempenha um papel importante, fixando os jovens no trabalho, para gerar renda. Nesse sentido, merece reconhecimento a oferta de um conjunto de auxílios/benefícios aos estudantes, tais como: transporte, alimentação, participação em eventos e, em alguns *campi*, a moradia estudantil. Para muitos dos estudantes beneficiários, os auxílios/benefícios são indispensáveis para que possam colocar em prática o projeto de formação, no qual já se vislumbram como futuros profissionais a serviço da região.

Em um terceiro momento, a pesquisa trabalha a categoria do papel que o Instituto desempenha, para além da conquista dos benefícios, também se faz necessário compreender a importância da equipe de profissionais que desempenha as funções e o papel na Instituição, ao contar com o trabalho do Assistente Social, Psicóloga (o), Pedagoga (o), Técnica (o) em Assuntos Educacionais, Odontóloga(o), Médica(o), Enfermeira(o), Nutricionista, Assistente de Alunos. Para os gestores, a conquista desse conjunto de atividades profissionais contribui no processo da operacionalização da política de AE nos *campi* é considerada como muito importante para o desempenho do papel do instituto. A pesquisa identificou nos discursos dos gestores G1, G3, G4 e G5, como sendo de “extrema importância, dão suporte para resolverem várias questões no decorrer do seu percurso educacional dos alunos, refletindo diretamente na permanência dos estudantes na Instituição”.

Na pesquisa realizada com os alunos (menos A, F, b, c, d), estes destacaram a importância da equipe de profissionais, por não possuírem acesso aos serviços de saúde na rede do município, já que estão boa parte do tempo na escola. Esse suporte, pelas falas dos alunos, fica evidente dada a importância oferecida tanto pelo suporte físico como pelo suporte mental no seu percurso da vida estudantil, identificando desta forma o papel desempenhado pelo Instituto.

Já na categoria de análise, campo da implementação da Política de Assistência Estudantil, pelos resultados da pesquisa, os estudantes destacaram que os auxílios financeiros são extremamente importantes para a permanência na Instituição. “Como não temos uma espécie de renda, manter a presença no *campus* só pelos auxílios, pois sem eles não teria condição de me deslocar da cidade para o *campus* e não teria como pagar transporte”.

Dessa forma, ao estabelecer um diálogo no campo da autonomia dos IFs (dispostas na sua lei de criação, Lei 11.892/2008), somada à autonomia conferida às instituições pelo Decreto 7.234/2010 para a operacionalização da Assistência Estudantil em Instituições de Nível Superior, Taufick (2013) corrobora ao afirmar que a autonomia permite planejar ações que venham ao encontro das necessidades dos discentes, proporcionando benefícios diversos. Declara que os benefícios sociais são destinados aos alunos que comprovem estar em situação de vulnerabilidade social. Os benefícios universais são de oferta permanente e atendimento pontual, mediante demanda espontânea pelos estudantes (tais como atenção à saúde, participação em atividades de cultura e lazer). Já os benefícios acadêmicos são direcionados aos alunos que participam de projetos de pesquisa ou que apresentam bom desempenho acadêmico, geralmente oferecidos como bolsas (repasse pecuniário mensal, por tempo determinado em edital, no qual constam os critérios para seleção e manutenção).

Por conseguinte, para atender os benefícios, para a implementação enquanto categoria de análise, a pesquisa identificou que os *campi* possuem uma equipe de profissionais, desenvolvendo suas atividades na Coordenação de Assistência Estudantil. Assim, pelos dados coletados, a partir da ótica dos gestores, não só reconhecendo este trabalho, mas apontam também a necessidade de o ampliar. Ao verificar essa temática pelas lentes de Demo (2000), a partir do que destacam os gestores, a Assistência Estudantil, isoladamente, não é capaz de resolver todos os problemas, devendo ser articulada a outras políticas sociais, para garantir a emancipação do beneficiário, sobretudo a partir da sua educação, o que remete para a análise da efetividade e do papel do Instituto.

Portanto, ao verificar as três categorias (implementação, efetividade e papel desempenhado), no campo das Políticas Públicas de Assistência, pelos dados coletados nas entrevistas (G1, G3, G4), estes indicam a necessidade de ampliar e qualificar as condições de operacionalização das ações para ampliar as atividades que auxiliam na permanência dos alunos na Instituição, contribuindo, assim, na redução dos índices de evasão escolar. G1, G3, G5 destacaram a necessidade de qualificar cada vez mais a equipe de assistência. Além disso, G2 e G4 afirmaram que a busca pela permanência é um processo complexo, que necessita contar com todos os profissionais da Instituição.

Portanto a compreensão da Assistência Estudantil, enquanto uma conquista social, mostra-se presente nas entrevistas realizadas com os gestores, apresenta como um campo fértil de pesquisa, necessitando apresentar para a comunidade escolar e para a sociedade o quanto é complexo esse processo. Os estudantes necessitam compreender

que os benefícios da Assistência Estudantil são uma conquista histórica, de muita luta para superar a política assistencialista. Essa leitura é corroborada em boa parte da pesquisa pelos gestores: “a Assistência Estudantil, talvez necessite de uma maior participação do aluno na implementação para ter consciência destas conquistas”. Já na pesquisa com os alunos, encontra-se a seguinte afirmação: “quando o aluno se encontra amparado por profissionais competentes, que é o caso da Assistência Estudantil, ele tem motivação para continuar, pois encontra apoio para seus anseios e reconhece a importância da Assistência Estudantil”.

Em relação à categoria efetividade da Política de Assistência Estudantil, a pesquisa indica que, de acordo com percepções dos gestores e estudantes, as ações estão sendo implantadas com efetividade, o que significa a real possibilidade da permanência dos estudantes na instituição, para a conclusão de seus cursos, conforme objetiva o Decreto 7.234/2010. Nesse sentido, Silva (2001) reforça a necessidade das políticas públicas como sendo um resultado da ação do Estado, uma forma de regulação ou intervenção na sociedade, para planejar o necessário em um processo de inclusão social.

Ainda para Silva (2001, p.38), a política pública “é um mecanismo de mudança social, orientada para promover o bem-estar de segmentos sociais, principalmente os mais destituídos, devendo ser um mecanismo de distribuição de renda e de equidade social”. Um processo que encontra eco na maioria das entrevistas com os gestores, especialmente, no campo da efetividade, ao buscar a inclusão e a formação educacional. No entanto, G1 e G4 apontam que “não temos dados estatísticos no Instituto, é preciso que seja implantado no IFFar um programa de acompanhamento de egressos”.

Ainda, a pesquisa permitiu registrar as percepções dos estudantes e gestores, sobre a importância dos Institutos Federais como ambientes para o exercício da democracia, da participação ativa no processo educacional. Para Höfling (2001), a participação do quadro de discentes e docentes é um caminho para a elaboração do planejamento, da execução e avaliação das políticas educacionais. Nesse sentido, é necessário que cada Instituto conheça as ameaças e oportunidades presentes em sua região, os pontos fortes e fracos no ambiente interno da Instituição para, desta forma, responder efetivamente aos anseios da territorialidade em que os Institutos estão inseridos.

Ao descortinar as falhas na implementação, execução e funcionamento da Política de Assistência Estudantil, pelo caminho da pesquisa, os gestores registram a necessidade de ampliar os mecanismos de controle. Existem deficiências de controle que necessitam ser informatizadas para que os gestores possam melhor monitorar as ações de acesso dos

estudantes, o que indicaria a qualificação do planejamento. No entender de Allebrandt (2012) e Tenório (2002), é necessário estimular o planejamento, a execução e a avaliação das políticas públicas para empoderar os sujeitos que participam do processo.

Isso significa que o planejamento é um mecanismo sistêmico, que conta com processos metodológicos não só para contextualizar o ambiente interno e externo da Instituição, mas para também estabelecer metas, a realização de ações e a administração dos recursos em uma lógica em que a política de Assistência Estudantil seja vista como um direito social, a partir da concretização do processo de descentralização e interiorização da educação.

O gestor G3 afirma que a Política de Assistência Estudantil “é um direito social, uma conquista presente na Constituição que nós devemos cumprir aqui”. Em sua maioria, os gestores veem a Política de Assistência Estudantil como um direito social e não como um movimento assistencialista. Registram que “vivemos em uma sociedade com muita disparidade socioeconômica”, em que as políticas públicas são indispensáveis para auxiliar no processo de inclusão social. Corroborando essa manifestação, Sposati (2002) recomenda que é necessário superar a visão do assistencialismo, do favor, das concessões do Estado e entender a Política de Assistência Estudantil como um direito social.

Destaca-se as ações da Assistência Estudantil como partes de uma política que auxilia no processo de consolidação dos *campi* do IFFar na Região Noroeste, principalmente pela permanência dos estudantes, um suporte necessário para fortalecer a inclusão social, especialmente por meio do processo de interiorização da educação. Pelos dados coletados na pesquisa, realizada com os estudantes e gestores, constatou-se a necessidade de desenvolver cada vez mais a consciência, da importância que as ações da Assistência Estudantil proporcionam, no processo de permanência dos estudantes no Instituto. Para avançar na caminhada da conscientização, segundo Kowalski (2012), é indispensável mostrar a evolução histórica da Assistência Estudantil desde a sua criação. Dutra e Santos (2017) afirmam que a criação da Política de Assistência Estudantil representa um marco histórico na conquista dos direitos sociais.

Dessa forma, pelos resultados da pesquisa, é possível afirmar que a Política de Assistência Estudantil é muito importante pelo acesso e permanência dos estudantes na vida escolar. No entanto necessita de mais investimentos por parte do governo federal. Um processo que efetivamente poderá contribuir na caminhada da inclusão social pela educação. À vista disso, Trennepohl (2011) defende que as ações das políticas públicas

devem almejar uma melhor qualidade de vida da população, um processo em que formação escolar/acadêmica poderá auxiliar. Para Bastos (2017), é de responsabilidade do Estado desenvolver as políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento cultural e social de um povo.

Por fim, ao verificar a implementação, a efetividade e o desempenho da Política de Assistência Estudantil constata-se que esse processo contribui de forma significativa na permanência dos estudantes na Instituição, bem como é visto como uma conquista social. Para Höfling (2001), esse resultado é um indicativo de que a educação é um caminho de inclusão social, uma política pública social de responsabilidade do Estado. Dessa forma, a Política de Assistência Estudantil poderá contribuir para a consolidação dos *campi* na Região Noroeste, bem como, conseqüentemente, fortalecer a interiorização da educação.

Considerações finais

A presente pesquisa apresenta o processo de implementação, a efetividade e o desempenho da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. Uma investigação que contemplou a consulta a aportes teóricos, questionários e entrevistas semiestruturadas para compreender as percepções dos gestores e dos alunos, tendo como referência as bases das ações indicadas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil, legalmente normatizado pelo Decreto 7.234/2010. A partir dos dados coletados, o estudo apresenta as ações de Assistência Estudantil, um caminho para compreender essa política nos *campi*, de acordo com as particularidades de cada comunidade acadêmica.

No entanto, ao verificar as categorias de análise, implementação e efetividade no processo de seleção dos auxílios, a pesquisa identificou que os estudantes apontam algumas dificuldades para acessar o Programa, em função da burocracia, da morosidade da seleção, bem como no pagamento. Acredita-se que esse processo irá conquistar melhorias a partir da informatização, presente na Resolução 051/2019/CONSUP, de 24 de outubro de 2019, porém necessita de um suporte no papel a desempenhar pelo Instituto.

Como consequência, acredita-se, pelos resultados coletados, que a Resolução 051/2019 (IFFAR, 2019) deverá proporcionar a unificação dos auxílios permanência e transporte, passando a serem ofertados, então, os auxílios de Permanência, Eventual e Atleta. As inscrições passarão a ser efetivadas de forma *online*, no Sistema Integrado do IFFar,

no módulo da Assistência Estudantil, no qual os estudantes preenchem o cadastro único e enviam a documentação exigida em Edital. Já a análise continuará sendo feita pelo profissional Assistente Social, com base no índice de vulnerabilidade social do cadastro único.

Dessa forma, destacando-se a importância em (re)conhecer o público que necessita da Assistência Estudantil, identificou-se o perfil socioeconômico dos beneficiários da Política de Assistência Estudantil. Dentre algumas características presentes nesse perfil, estão estudantes de baixa renda, em situação de vulnerabilidade social, contemplando estudantes do Ensino Médio Integrado, Concomitante/Subsequente, do Programa Nacional de Integração, com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos e, no Ensino Superior, nos cursos de Bacharelados, Licenciaturas e Tecnólogos, por isso, apresentam características diversas e necessidades distintas no que se refere ao apoio da Assistência Estudantil.

Logo, a pesquisa identificou que os participantes da Política de Assistência Estudantil, necessitam contar tanto com auxílios financeiros quanto com benefícios universais e acadêmicos. Para além do apoio pedagógico, psicológico, médico e odontológico, é necessário que se estruture também um conjunto de ações preventivas na área da saúde, bem como das atividades culturais e recreativas, a fim de sanar as dificuldades para dar conta desses atendimentos pela rede municipal, uma vez que as cidades em se localizam estes *campi* são de pequeno porte e, com isso, muitas vezes não dispõem de estrutura para tal atendimento.

Quanto à efetividade, a Política de Assistência Estudantil, na percepção dos gestores e estudantes, mostra-se efetiva no processo de permanência dos estudantes, quando proporciona condições mínimas para que estes concluam seus cursos, seja com suporte dos auxílios e/ou dos benefícios assistenciais. Porém, ao verificar os desafios, as sugestões de melhorias, apontadas pelos gestores e estudantes, indicam fragilidades no campo da burocracia, tais como a morosidade, bem como a necessidade de ampliar os recursos orçamentários para a realização das ações. Ainda, a pesquisa identificou a escassez de recursos humanos na Coordenação de Assistência Estudantil de alguns *campi*, o que se reflete na prestação dos serviços. Os gestores apontam ainda a necessidade de melhorar os índices de evasão e o acompanhamento de egressos, questões estas que devem ser resolvidas em nível institucional e não somente pelas Coordenações e equipes diretivas dos *campi*.

Quando questionados, gestores e estudantes, em relação ao papel desempenhado pela Política de Assistência Estudantil, os resultados apontam que este está sendo cumprido, na medida do acesso e permanência dos estudantes, ao oportunizar o suporte social e financeiro, ao buscar de forma permanente a inclusão social, na educação técnica e superior.

Portanto, pelos resultados da pesquisa, é possível apontar que a Política de Assistência Estudantil é uma política que auxilia na permanência dos estudantes nas Instituições de Ensino e, conseqüentemente, fortalece os *campi*, contribuindo para a interiorização da educação e para o desenvolvimento local.

Por fim, a trilha teórica-metodológica permite afirmar que a Política de Assistência Estudantil assume um papel pertinente na promoção de uma política educacional inclusiva, na medida em que contribui no processo de minimização de dificuldades socioeconômicas, possibilitando aos estudantes as condições de permanência nos cinco *campi*, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha na Região Noroeste do Rio Grande do Sul (Santo Augusto, Panambi, Santa Rosa, Santo Ângelo e Frederico Westphalen). Assim, aponta-se que a pesquisa de natureza política, a qual contribui na caminhada do processo de inclusão social por meio da educação, cria condições para uma vida em sociedade menos injusta, mais sustentável e, portanto, alinhada aos processos contemporâneos de desenvolvimento. No entanto, como é um processo complexo, necessita de pesquisas para cada vez mais compreender melhor a implementação, a efetividade e o desempenho da Política de Assistência Estudantil.

Referências

ALLEBRANDT, S. L. Estado, Administração pública e Gestão Social. In: SIEDENBERG, D. R. (Org.). **Desenvolvimento sob Múltiplos Olhares**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

ALVES, J. M. A assistência estudantil no âmbito da política de Ensino Superior Pública. **Serviço Social em Revista**. v. 5, n. 1. jul./dez. 2002. Londrina-PR: UEL, 2002.

ARAÚJO, L. Viagem nossa de cada dia: o direito à educação superior e os desafios de permanência. **Interfaces da Educação**. Paranaíba, v. 10, n. 28, p. 189-213, 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2016.

BASTOS, M. de J. Políticas Públicas na Educação Brasileira. In: **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Edição 05. Ano 02, Vol. 01, julho de 2017.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. 2007a. Disponível em http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf Acesso

em: 20 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Dispõe sobre o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. 2007b. Disponível em portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf Acesso em: 09 ago. 2022.

BRASIL. **Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm Acesso em: 27 de jul. de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm Acesso em: 22 jul. 2022.

BRASIL.MEC, SETEC. **Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Exercício 2015. SETEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2016-pdf/45621-setec-analise-de-indicadores-2015-pdf/file> Acesso em: 21 mai. 2022.

COSTA, S. G. **A equidade na educação superior:** uma análise política da assistência estudantil. Porto Alegre, 2010.

DEMO, P. **Educação pelo avesso:** assistência como um direito e como um problema. São Paulo: Cortez, 2000.

DRAIBE, S. M. A reforma dos programas sociais brasileiros: panorama e trajetórias. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 24., Rio de Janeiro. Anais [...] Grupo de Trabalho: Política e Economia. Petrópolis: Rio de Janeiro. 2000. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/266328377_A_reforma_dos_programas_sociais_brasileiros_panorama_e_trajetorias Acesso em: 02 mai. 2022.

DUTRA, N. G. dos R.; SANTOS, M. de F. de S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio:** aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, jan. /mar. 2017.

DYE, T. **Understanding Public Policy.** NJ: Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1975.

FARAH, M. F. S. Administração Pública e Políticas Públicas. RAP – **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, Maio/Junho, 2011.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4º ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, 1995.

HÖFLING, E. de. Estado e Políticas (Públicas), Sociais. **Caderno cedes**, ano XXI, nº 55, nov. 2001.

IFFAR. **Manual do Estudante 2021.** Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/24318/cbee5e2b8343b8f579ee8337dc678f7a> Acesso em: 22 jul. 2022.

IFFAR. **Resolução Consup nº 051/2019 de 24 de outubro de 2019** - Regulamento de Concessão de Auxílios do IFFar. 2019. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/18320/6223f4f669ee538b9a3aed331c7d15d0> Acesso em: 22 jul. 2022.

IFFAR. PDI- **Plano de Desenvolvimento Institucional** – 2014-2018. Disponível em <https://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-do-pdi/item/8369-plano-de%20desenvolvimento-institucional-2014-2018> Acesso em: mai. 2021

KOWALSKI, A. V. **Os (des) caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. Disponível: <https://hdl.handle.net/10923/5137> Acesso em: 01 mai. 2022.

LASSWELL, H. D. The policy orientation. In: LERNER, D.; LASSWELL, H. D. (Org.). **The policy sciences: recent developments in scope and method**. Stanford: Stanford University Press, 1951.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas. 2010.

MOURA, D.H. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110> Acesso em: 09 mai. 2022.

SACCOL, A. Z. Um Retorno ao Básico: Compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 2, n. 2, maio/ago. 2009.

SILVA, A.R.X.; CARVALHO, M.C.A. de. Demarcações históricas sobre a assistência estudantil no Brasil. **Revista Exitus, Santarém**, PA, v. 10, p. 01-26, 2020.

SILVA, M. O. da S. **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**, São Paulo: Veras, 2001.

SMITH, K. B.; e LARIMER, C. W. **The Public Policy Theory Primer**. Boulder- CO, Westview Press. 2009.

SOUZA, C. **A nova gestão pública**. Gestão Pública: Desafios e Perspectivas. Salvador: FLEM, 2001.

SPOSATI, A. Regulação social tardia: características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA **Anais** [...] Lisboa, 2002.

TAUFICK, A. L. de O. L. A avaliação da Política de Assistência Estudantil nos Institutos Federais para o PROEJA. Juiz de Fora, 2013. 127f. **Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública)** - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

TENÓRIO, F. G. **Tem razão a administração? Ensaio de teoria organizacional a gestão social**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002

TRENNEPOHL, D. **Avaliação de potencialidades econômicas para o desenvolvimento regional**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

TUMELERO, S. Intersetorialidade nas políticas públicas. **Revista Guaju**, Matinhos, v.4, n.2, p. 211-230, jul./dez. 2018 .

VIEIRA, P.L.; MOURA CASTRO, R.C.A. de. **Permanência e êxito acadêmico**: contribuição da Política de assistência estudantil na UFPA, campus de Altamira. **Revista Exitus**, v. 9, n. 3, p. 87-115, 2019.

ZAMBERLAN, L.; SOUZA, J. D. S. de; GRISON, A. J.; GAGLIARDI, A. de O.; TEIXEIRA, E. B.; DREWS, G. A.; VIEIRA, E. P.; BRIZOLLA, M. M. B.; ALLEBRANDT, S. L. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014.

Contribuições no artigo

Os autores declaram que participaram dos processos de elaboração do manuscrito: concepção e revisão do manuscrito, metodologia, curadoria dos dados, discussão dos resultados, análise dos dados e escrita do manuscrito.

Financiamento da pesquisa

Os autores declaram que não houve financiamento.